

SESSÕES DO PLENÁRIO

15ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de agosto de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as matérias lidas na sessão anterior. Não há Expediente a ser anunciado. Não há manifestação de orador no Pequeno Expediente. Não há Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o Líder do PSB, deputado Zé Neto, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Temóteo Brito e por mais 5 minutos a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Temóteo Brito pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TEMÓTEO BRITO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi aqui, há pouco, o pronunciamento do deputado João Carlos Bacelar sobre o problema dos índios e os pequenos produtores, lá daquela região de Buerarema.

Eu fico triste quando vejo e assisto de perto o confronto entre os produtores e aqueles que reivindicam uma área produtiva, terras que foram legitimadas pelo governo, terras que vêm de várias pessoas que produziram, compraram e adquiriram as suas próprias terras. Essas terras que são heranças de avô, bisavô, tataravô, e hoje essas propriedades, deputada Ângela Sousa, que eu vejo hoje que vêm produzindo o cacau, a seringa, o mamão, a melancia, a pecuária, hoje, veja que confronto, aquele derrame de sangue que não justifica. Nós temos um órgão que se chama Funai, a Funai que designa antropóloga para fazer o levantamento e a medição das terras, sem direito de defesa, e julga ao bel interesse da FUNAI. Isso é um desrespeito aos nossos produtores daquela região.

E, principalmente, Sr. Presidente, principalmente aqui, deputado Rosemberg, deputado Marcelino Galo, nós não temos índios na nossa região, nós temos caboclos de quarta, quinta, sexta geração. A Bahia, quando houve o problema lá de pau-brasil, aquelas terras que foram demarcadas em 1938, o resto das terras da Bahia nunca foram demarcadas. E hoje reivindica, lá de Barra do Caí à Cumuruxatiba, perto de Porto Seguro, reivindica mais de dez mil hectares de terra onde nós não temos índios para ocupar aquelas terras, para prejudicar o Estado, sacrificar os pecuaristas, os fazendeiros e os pequenos agricultores, a agricultura familiar. Isso é o que o governo tem que tomar paternidade.

Nós temos um governador que é muito ligado na área federal, tem prestígio junto à presidente da República. E por isso que nós queremos que o nosso governador interfira junto ao ministro da Justiça, para evitar esse confronto, evitar que aquela região se transforme num rio de sangue.

É isso que nós queremos, é isso que nós precisamos, que, simplesmente, se o governo quiser amparar os caboclos, que ampare, se quer defender, que defenda, quer doar terras, que doe, mas um governo que desapropria aquelas propriedades, não deixa a intranquilidade, não deixa, simplesmente, aqueles que vêm cultivando as suas terras, aqueles que vêm lutando, há mais de 100 anos de uma descendência de várias famílias, que o próprio governo legitimara aquelas terras. E é isso que nós precisamos, Sr. Presidente, é isso que nós precisamos, Srs. Deputados.

E hoje nós formamos, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, uma comissão para, na próxima semana, ir à região de Buerarema, com os deputados Marcelino Galo, Rosemberg Pinto, Deraldo Damasceno.

E convoco os deputados da região, Ângela Souza, Coronel Gilberto Santana e Augusto Castro, para fazerem parte dessa comissão, para que ouçamos as partes e defendamos os interesses não só do governo do Estado, não só dos índios, mas, em primeiro lugar, dos produtores, que vêm lutando. Não são aqueles preguiçosos que têm os olhos azuis, que se infiltram nas aldeias só para tirar proveito e receber a cesta básica, porque é isso que eles fazem. Mas não cultivam nem trabalham.

Olhe o exemplo, Sr. Presidente, temos 70 mil hectares de terra com três reservas. Temos uma reserva, também, doada pela Fibra, com 15 mil hectares. O que os índios fizeram? Usufruíram dessas terras, venderam as madeiras só para ter recurso para comprar bebida, para ficar assaltando e trazendo intranquilidade para o

povo da região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelo tempo restante, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para registrar, também, a minha indignação com a postura de uma parcela dos médicos brasileiros em relação aos médicos cubanos. Eu não ouvi ninguém falar dos médicos portugueses e dos espanhóis.

Eu acho que esse preconceito, essa forma desrespeitosa com que alguns conselhos, alguns sindicatos de médicos do Brasil têm tratado os companheiros e parceiros cubanos é uma coisa que nos deixa, deputado Bira Corôa, revoltados.

E no dia 5 de setembro, às 9 horas, aqui, neste Plenário, Sr. Presidente, eu e o deputado Álvaro Gomes estaremos realizando uma sessão especial em homenagem a Cuba. E os temas que iremos tratar aqui são a solidariedade a Cuba contra o bloqueio econômico que os Estados Unidos fazem ao país há 50 anos, a questão dos presos e, também, o fechamento do presídio de Guantánamo.

Estamos atendendo a uma solicitação da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Madeira, através da nossa companheira Lúcia, mas precisamos também aproveitar esse momento para botar na pauta da sessão essa questão da forma desrespeitosa. O que aconteceu ontem no Ceará foi, realmente, um absurdo. Envergonha o nosso Brasil a classe médica deste País tratar os seus colegas cubanos daquela forma. Acho que, se eles não têm compromisso com os pobres desta terra, se não têm respeito ou ética com os seus colegas, é uma outra questão.

Mas eu acho que a imprensa e a sociedade brasileira precisam, também, reagir em relação a essa forma com que os médicos, melhor dizendo, uma parcela dos médicos brasileiros tem agido.

Quero, neste momento, parabenizar a presidenta Dilma e o ministro Padilha pela coragem de terem implantado esse programa.

Hoje, a partir das 18 horas, haverá um “tuitaço” a favor do Programa Mais Médicos no Brasil, e eu queria convidar todos os deputados para que também dessem seu apoio, “tuitando” *SaúdePadrãoCuba*, para registrarmos e deixar claro o nosso apoio a essa decisão do governo federal de enfrentar essa fúria, esse preconceito, esse desrespeito de uma parte da classe médica para com os pobres brasileiros, porque os médicos brasileiros não querem ir pra lá fazer o atendimento e ainda querem impedir que os médicos que vêm, principalmente os de Cuba, prestem atendimento. Vejam, em relação a outros países, eu não vi a demonstração de preconceito. Só por serem os médicos negros e cubanos?! Cuba tem o seu regime por decisão e escolha do seu povo.

Além disso, quero deixar registrada aqui a minha simpatia a Cuba, assim como disse o deputado Euclides Fernandes que acabou de visitar aquele país. O deputado disse como é a sua produção, pois o seu foco é diferente da ganância e do

consumismo. Apesar de ser um país pequeno e pobre, Cuba trabalha para absorver as necessidades da sua sociedade. Lá, não há essa ganância e esse absurdo do capitalismo que só se pensa em lucrar, só pensa em destruir os nossos valores, incentivando o egoísmo, a disputa rasteira, a violência e outras coisas mais.

Mas, infelizmente, não conseguimos colocar este debate na pauta de nossas propostas e das nossas discussões. Acho o nosso sistema falido. Precisamos começar a pensar em novas alternativas de produção e de distribuição de riqueza que não sejam, apenas, nos moldes do sistema capitalista.

Todos estão convidados para a sessão no dia 05 de setembro às 9 horas aqui neste plenário.

Viva Cuba!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Falarão, por 5 minutos cada, os deputados Marquinho Viana e Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho aqui, mais uma vez, pedir o apoio dos deputados, pois está tramitando um projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça para regularizar as divisas dos municípios, principalmente daqueles que estão com algumas brigas e dificuldades em suas divisas de limites com outros municípios.

Até o final do mês de agosto, temos de aprovar este projeto de lei do deputado João Bonfim, também presidente da Comissão de Divisão Territorial. E, dentre esses municípios, está o meu, Barra da Estiva. No último censo, o município de Barra da Estiva ficou prejudicado, porque tínhamos um índice de 1,4 com aproximadamente 26 mil habitantes. Ao final, fomos reduzidos a 21 mil habitantes.

Por isso o município de Barra da Estiva perdeu, no seu repasse do Fundo de Participação e em diversos outros, como na área da saúde, aproximadamente, uma faixa de R\$ 300 mil por mês. Então a população ficou prejudicada com esta nova divisão. A tramitação deste projeto de lei poderá corrigir o erro cometido pelo IBGE no último censo. Gostaria de fazer um apelo aqui aos nobres colegas deputados, principalmente ao nosso presidente neste momento, deputado Adolfo Menezes, para convocar o nobre deputado João Bonfim e os líderes para ver se temos condições de dispensar as formalidades para que o município de Barra da Estiva e os de sua vizinhança não fiquem prejudicados pela lentidão do trâmite dos projetos desta Casa.

Portanto, gostaria de fazer um apelo ao nosso Líder Zé Neto, porque João Bonfim já está aí e o projeto está com ele. Pretendemos adequar este projeto, juntamente com o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento. O objetivo é melhorar a situação dos municípios e dos prefeitos que estão em dificuldades, a fim de não piorar ainda mais o corte no repasse do FPM.

Nobre presidente, era este apelo que queria deixar registrado aqui nos Anais desta Casa, porque eu não vou tolerar ver o município, onde nasci, sair prejudicado por causa da lentidão dos trâmites desta Casa em aprovar um projeto de lei. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça e, apenas, por mera formalidade, poderá ser impedido de votar.

Esse é o apelo que faço ao Líder do PT e ao Líder da...

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Com o aparte o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- É apenas para me colocar à disposição, pela Comissão de Constituição e Justiça. V.Ex^a mesmo já colocou, a Liderança do nosso partido já se colocou à disposição. Existem prazos que são regimentais e a gente não pode, mas com a dispensa das formalidades e com o acordo de Lideranças se resolve isso, não depende de mim. Nós estamos à sua disposição.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Fico grato com a informação, mas isso já está feito, a dispensa de formalidades já está pronta aguardando apenas os dois Líderes assinarem. Está pronta, mas nenhum dos Líderes quer assinar, por isso vão ficar prejudicados. Os dois Líderes deveriam assinar o pedido de dispensa de formalidades que está pronto, mas tem que haver entendimento.

Eu gostaria de aproveitar essa sessão em que estão todos os deputados para tirar todas as dúvidas sobre as divisas dos seus municípios, porque o que não pode acontecer é você ficar com um município prejudicado, que já está pronto, sem brigas políticas, com tudo arrumado como é o caso de Barra da Estiva, Iramaia, Ituaçu, Jussiape e Ibicoara.

Então o que precisa é o seguinte, se o autor do projeto não tem condições de aprovar todos de uma vez porque é a Chapada Diamantina, vamos desmembrar e aprovar aquele que não tem problema. O que não pode é passar o mês de agosto e essa lei não ser aprovada e o município ficar prejudicado no repasse do seu Fundo de Participação.

Sr. Presidente, esse é o apelo que faço aos nobres colegas deputados. E espero que até o encerramento desta sessão possamos fazer um acordo e aprovar esse projeto de lei. Muito obrigado, nobre Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Falará o deputado Capitão Tadeu pelo tempo restante.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Srs. Deputados, neste momento, quero agradecer ao Sr. Presidente que me deu a oportunidade de fazer aqui a abertura da urna. Nós pegamos os votos de 47 Srs. Deputados que votaram para governador e também quem rejeitaria para governador.

Então, nesse momento, na presença de todos, vou abrir a urna.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Capitão Tadeu, se V.Ex^a pudesse falar depois do resultado, porque contar aí fica uma coisa meio esdrúxula.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Aqui é rapidinho.

(O Sr. Capitão Tadeu procede à contagem dos votos.)

Resultado, por favor. Otto Alencar: 12 votos; Rui Costa, 11; Lídice, 2; Neto, 5; Pinheiro, 2; Marcelo Nilo, 5; Gabrielli, 1; Geddel, 4; nulo, 3; João Gualberto, 3.

Rejeição: Otto, 1 rejeição; Rui Costa, 15 rejeições; João Gualberto, 4 rejeições; Geddel, 10 rejeições; ACM Neto, 5; Aleluia, 2; Lídice, 3; Marcelo Nilo, 2; Pinheiro, 1. Vencedores entre os deputados: Otto Alencar, e campeão de rejeição, Rui Costa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, depois de um momento de descontração...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Zé Neto. O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, estive conversando aqui com o Líder de Oposição, chegaram às minhas mãos dois pedidos para a retirada de dois projetos de pauta. Como se tratava de uma conversa que estávamos tendo durante o dia, acho que esta Casa deve sempre priorizar essa conduta do diálogo.

Quero pedir a V.Ex^a e ao Líder de Oposição que, se fosse possível, suspendêssemos a sessão por 10 ou 20 minutos para tentarmos compor a finalização da possibilidade ou não desse acordo para que, daí em diante, eu possa tomar uma direção com relação aos tempos que estamos utilizando, e estávamos utilizando os tempos em função da necessidade de chegar as nossas mãos esses dois pedidos de retirada de dois projetos. Um, trata das estradas; o outro, trata da questão relacionada ao fisco e algumas questões que dizem respeito a promoções do fisco.

Apenas queria solicitar do deputado Elmar Nascimento, se fosse possível, que suspendêssemos a sessão por 10 ou 20 minutos para tentarmos compor ou não compor, mas chegarmos a um denominador comum acerca dessa demanda. Solicito também do deputado Gaban que possa nos ajudar nessa empreitada.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, concordo com a suspensão de 15 minutos para reunir a nossa Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por solicitação dos líderes, suspendo por 15 minutos a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Prorrogo a sessão por mais 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Com a palavra o Líder do PSB ou da maioria para falar ou indicar orador por 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg Pinto e o deputado Pastor Sargento Isidório falarão, nesta ordem, por 5 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto. Onde está o deputado? (Pausa)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Então, Sr. Presidente, o deputado Yulo Oiticica falará pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma vez, a Bahia dá um exemplo de democracia. Ontem e hoje, estão reunidos, na cidade de Itabuna, gestores de política pública de juventude, deputado Bira Corôa, de toda a Bahia, com a participação da Secretaria Nacional de Política Pública de Juventude.

E, aqui, na oportunidade, membros do Conselho Estadual de Direitos Humanos e gestores municipais e estaduais de política pública de juventude, estão dando uma demonstração de que a quebra de paradigmas se deu na Bahia. Ou seja, juventude não é caso de polícia, é caso de política pública.

Assim, deputado Pastor Isidório, como juventude não é o problema, é a solução do problema. V.Ex^a, que faz um trabalho atento e importante a jovens que vivem o drama da dependência química, exercita, com muita determinação e muita coragem, esse trabalho de alcance social relevante para a juventude. Portanto, sentar com os jovens, como aconteceu ontem e acontece hoje, na cidade de Itabuna, é mais uma demonstração de que é preciso avançar em políticas de juventude.

Nesse sentido, é fundamental, deputado Paulo, que o nosso governador mande para esta Casa o projeto de lei que estabelece que o Conselho Estadual da Juventude seja, de fato, uma lei. Sabemos da importância de o governador tê-lo aprovado como decreto, mas sabemos que um decreto qualquer outro governador que venha assumir pode revogar. Portanto, é fundamental, para que política pública passe a ser política de Estado, e não de governo, que o Conselho Estadual seja aprovado como lei.

E mais ainda: todos os gestores municipais, tanto quanto os legisladores municipais, percebam a importância de criar, em suas cidades, conselhos e secretarias de política pública de juventude.

Quero, também, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, dizer aqui, diante do presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Temóteo, que tem sido um deputado atento naquela comissão, para receber as demandas sociais que chegam, e que hoje aborda a questão dos índios tupinambás, lá na cidade de Buerarema, no sul da Bahia.

O conflito que existe hoje, deputado Bira Corôa, entre os índios e fazendeiros, sabemos que os pequenos fazendeiros, muitos deles, também são vítimas da falta da reforma agrária, das consequências não só das capitâncias hereditárias, mas do latifúndio ainda presente, hoje, em nosso País. Sabemos, também, que estamos falando dos primeiros moradores desta terra, que são os índios. É urgente a necessidade de demarcação de terras indígenas para que possamos evitar o conflito. É nesse sentido que a Comissão de Direitos Humanos e, certamente, eu, o deputado Marcelino, o deputado Bira Corôa, o deputado Temóteo estaremos empenhados em

fazer, no próximo dia 5 de setembro uma audiência pública na cidade de Buerarema, deputado Bacelar. V.Ex^a também está atento a esses conflitos que decerto podem levar a consequências mais drásticas do que as que já aconteceram até aqui.

Portanto, é fundamental que esta Casa, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, a participação do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos busque o instrumento fundamental que é o diálogo.

Portanto, convocar todas as partes para que possamos pactuar a convivência, possamos pactuar a paz. Até aqui, carros incendiados, casas incendiadas e, infelizmente, podemos ter ainda consequências mais graves, com vidas ceifadas nesse conflito que, nesse momento, João Carlos Bacelar, supera o bom debate político que deve existir, e entra no radicalismo de ambos os lados e, com isso, certamente, nenhum dos dois ganham.

Portanto, a esta Casa cabe protagonizar o diálogo que é o que faremos no dia 5. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores da Imprensa, subo a esta tribuna para parabenizar o Ministério Público Federal, que pretende suspender o pedágio dessa Via Bahia até solucionarem o problema da cratera que a todos aflige, na entrada da nossa capital.

Não é possível, Sr. Presidente, que o povo soteropolitano e da Bahia, que necessita entrar ou sair da nossa capital, tenha de perder seus compromissos, perder seus horários por causa de um simples buraco que já está ali há mais de dois meses, e uma empresa que vem enchendo o bolso de dinheiro, simplesmente não dê solução, e nós tenhamos de continuar pagando esse pedágio, escravizados por uma empresa que não dá satisfação aos cidadãos contribuintes e pagadores de impostos.

Não podemos aceitar, Sr. Presidente, que essa Via Bahia continue prevaricando, que continue no ostracismo, haja vista que em outras áreas dessa BR temos visto também outros buracos. Isso danifica veículos, isso arreventa os veículos das pessoas. Por isso, parabenizo, sim, os digníssimos promotores federais, e peço também que o Ministério Público do Estado também alie-se de forma a pressionar os empresários dessa empresa de locupletação de dinheiro, para que tenhamos imediatamente resolvido esse assunto.

Não podemos deixar passar em calado as várias manutenções feitas com morosidade durante o dia, quando tem condições de fazer tais trabalhos de manutenção no horário da noite. Chegamos a outros Estados e encontramos empresas trabalhando à noite para não criar problemas para o trânsito, no tráfego no período do dia.

Como se não bastassem os vários engarrafamentos de Salvador, que tem um verdadeiro tranca-rua, Salvador é um problema de tranca-rua. Não temos por onde

transitar, para onde ir, não temos mais condição de apalavrar, de dar um horário para chegar ou sair porque sabemos a hora que saímos, mas não sabemos a hora que chegamos.

Muitas pessoas perdendo o emprego, perdendo os seus compromissos, perdendo suas consultas médicas. Tudo isso por negligência, muitas vezes, de órgãos que deveriam se debruçar para solucionar o problema.

Assim, peço a esta Casa Legislativa, que tem um papel importante no nosso Estado e está sob o condão do guia-mestre de V.Ex^a, presidente Marcelo Nilo, que tem sabido conduzir os destinos desta Casa e tem influenciado no desenvolvimento da Bahia, e aos deputados que façam ações de gestão, no sentido de pressionar esta concessionária de pedágio a resolver, no mais breve tempo, o problema que vem agonizando e trazendo angústia aos usuários da BR-324.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PV para falar ou indicar o orador.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, há certos momentos, meu caro amigo e presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, que eu não sei se estão brincando com a Bahia ou se é apenas uma brincadeira com a população ou com a contabilidade pública do Estado. Senão vejamos, Sr. Presidente, se pegarmos o demonstrativo do resultado nominado, encerrado em 31/12/2012, – estou aqui com a cópia – a disponibilidade de caixa bruta do governo é de R\$ 3.389.310.534,62. Esse documento é de 31/12/2012. Se pegarmos, Sr. Presidente, – publicação do Sicof também – a disponibilidade de caixa bruta em 31/06/2013 é de R\$ 6.178.984.644,99, ou seja, houve um crescimento de mais de R\$2,7 bilhões.

Se isso aqui, meu caro deputado Nelson Leal, for verdade, por que o governador do Estado vem aí com o Refis e apresenta a esta Casa um decreto, sob a justificativa de que o Estado está quebrado? Por que o Exm^o Sr. Governador apresenta um decreto fazendo uma redução em 20% dos cargos, dizendo que vai reduzir custos de energia e de água e 20% nos custos de locação de veículos e de consultoria, se ele tem mais de R\$ 6 bilhões em caixa? Por que o Sr. Governador acata uma sugestão dos seus secretários para fazer um contingenciamento de 20% das

despesas em todas as secretarias, se ele tem – excetuando as secretaria da Educação e da Saúde que têm um limite constitucional para os gastos – R\$ 6 bilhões em caixa? Por que V.Ex^a está fazendo isso, Sr. Governador? Será que V.Ex^a está tão mal informado que brinca com o Poder Legislativo, fazendo um decreto para contenção de despesas e apresentando um Refis para beneficiar aqueles que não pagaram em dia? Por que, Sr. Governador?

Eu fui um dos primeiros, quando ele apresentou o projeto, a dar declaração a todos que me perguntaram e saiu em vários *blogs* da Bahia, inclusive em jornais do interior do Estado, que, pelo momento de dificuldade que o governo está enfrentando, mesmo em tese sendo contra, porque quando se faz um Refis se está penalizando aqueles que pagam em dia em favor daqueles que não pagaram. Mas, pela situação financeira do Estado, eu era favorável. Agora, vemos este balanço aqui... Ou o balanço é fraudulento ou o governador é mal informado.

Tem de vir aqui a Liderança do governo para justificar, não para mim, mas para o Legislativo, para a população da Bahia. Que ela diga, então, por que a execução dos 6 primeiros meses, em investimento, chegou a apenas 7,7% do que está previsto no Orçamento aprovado por esta Casa. Que o Líder venha aqui ou mande alguém explicar: se ele tem R\$ 6 bilhões em caixa, por que então fez a execução orçamentária no total apenas 35%? Por que ele pagou a folha de julho, empenhou e não liquidou, se tem dinheiro? Por que há vários pequenos, grandes e médios empresários que estão há mais de 7 meses sem receber um centavo do governo? Por que até as obras da Copa das Confederações, que houve na Bahia agora, o governo está devendo a várias empresas? Por quê?

Qual a justificativa que o Líder do governo vai dar a esta Casa àqueles que só ficam balançando a cabeça para aprovar mais um projeto inconsequente, se há dinheiro? O que está por trás, então, desse governo? Não! Não podemos ficar calados. Desde 2008 venho denunciando que a administração do governo estava errada, gastando ano a ano mais do que arrecadava, mostrando que estava aumentando o rombo do Estado, que chegou ao final de 2012 com R\$ 2,6 bilhões,. Mostrei que estavam utilizando recursos vinculados para pagar as despesas de custeio.

Veio inclusive o presidente da CBPM, preocupado com a reprovação das suas contas, consultar o Tribunal para saber o que fazer, se o dinheiro dos *royalties* não vem. Quem tiver a contabilidade do governo em 31/12 com a disponibilidade de *royalties* de mais de R\$ 148 milhões, sem contar o que foi arrecadado neste ano e não teve R\$ 35 milhões para passar? Não, não pode.

Meu caro presidente, deputado Marcelo Nilo, o governador tem que dar explicação através das suas Lideranças. Ou essa contabilidade é fajuta ou estão aproveitando que o Tribunal de Contas do Estado está impossibilitado, este ano, de administrar as contas do governo, de fiscalizar o governo do Estado da Bahia, porque nenhum conselheiro do Tribunal de Contas do Estado tem tido acesso ao Fiplan. Este não funciona no TCE. Aí o governo, na certeza, mais uma vez, da impunidade, fica falsificando relatório. Não posso acreditar nisso. A responsabilidade é muito grande,

mas não posso aceitar que o governo tome várias medidas nesses últimos dias pedindo urgência para que votemos o Refis, sendo que ele tem 6 bi em caixa.

Talvez o único que não tenha sido prejudicado, sem querer entrar no mérito da justiça ou não, é o nosso querido amigo deputado Isidório, que conseguiu, em pleno decreto de contenção de despesas, um convênio de R\$ 7,2 milhões publicado no *Diário Oficial* do dia 26, pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Sete milhões e 200 mil por um ano dá R\$ 600 mil por mês. Isso é prestígio de Isidório. Espero que os adesistas todos e aqueles que fazem parte da base do governo...

O governador foi a Jequié e deve ter levado um punhado de obras para prestigiar os deputados do governo, que nasceram naquela terra. O nosso querido Isidório tem R\$ 7 milhões e 200 mil, V.Ex^a, pelo tamanho e importância de Senhor do Bonfim, dever ter, no mínimo, uns R\$ 60 milhões, e assim por diante.

Não falta, deputado Zé Neto, dinheiro para Feira de Santana, que deve estar um canteiro de obras. Não tem faltado também, deputado Paulo Azi, para forró da Bahia em Nova Iorque. Opa! Lavagem da Rua 46, em Nova Iorque, patrocínio do governo do Estado da Bahia, da Bahiatursa. São R\$ 75 mil, publicado agora. Tem mais: Lavagem de La Madaleine. Oh! Minha Paris maravilhosa. Bahiatursa patrocinando com mais R\$ 60 mil.

Está sobrando dinheiro, mas está faltando para V.Ex^a, que nem recebido é nos órgãos, deputado Alan Sanches.

Agora, só peço a V.Ex^{as} que façam as contas: Base do governo: 41 deputados, deputado Sandro Régis. Já começaram a fazer a conta, não é? Na melhor das possibilidades, se esse governo tivesse chance para reeleger, faria 30 deputados. Dezoito vão cair fora da Bancada. Mas não serão apenas 18, porque, com os candidatos chapa-branca a deputado estadual, que são 11, daqui sairão 22, contando os federais. Onze estaduais vão sair. Então, não serão 30, vão ficar 19 dos 48 deputados.

Façam as contas e caiam fora enquanto há tempo. Caiam fora, que serão bem-vindos, porque, com uma Oposição segura este governo começará a trabalhar, e não fazer convênios, não manipular na certeza da convivência do Tribunal de Contas do Estado. Se voltarmos a ter a maioria, porque o povo nos elegeu para termos a maioria...

Os que foram para lá, aderiram, estão caindo do cavalo, porque, de 48 deputados da Base do governo, o cálculo é que sobrarão de 19 a 20. Está em tempo. Fiquem atentos neste convênio, deputado Carlos Brasileiro. Não, V.Ex^a, não. O PT, em ano de eleição, sabe trabalhar para o PT. O resto, meu irmão, cada um que se cuide enquanto há tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o Líder do PR/PSDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, infelizmente, não temos uma política de segurança na Bahia, deputado Delegado Deraldo Damasceno. Quem reconheceu isso foi S.Ex^a, o Sr. Governador do Estado. O grande instrumento da política de segurança na Bahia seriam as bases comunitárias, e o Sr. Governador, na quinta-feira, disse publicamente que a Base Comunitária do Nordeste de Amaralina não funciona, não tem eficiência e não tem eficácia.

O próprio governador do Estado reconheceu, deputado Delegado Deraldo Damasceno, que a política das bases comunitárias é uma política fracassada, não é uma política de segurança pública para o Estado. Enquanto isso, nós temos a violência tomando conta da Cidade do Salvador; nós assistimos a esta capital, que era modelo de convivência e de paz, ser, hoje, uma das mais violentas do País.

No final de semana, na Região Metropolitana de Salvador, foram 18 homicídios. Não lembro, deputado Carlos Brasileiro, se foi V.Ex^a o secretário que visitou o Nordeste de Amaralina, mas um secretário de Estado não pôde descer lá, mesmo com a Base Comunitária, porque a insegurança reinava naquele bairro. Se um secretário de Estado não consegue andar em um bairro, não consegue visitar os equipamentos públicos daquele lugar, imaginem o morador comum daquela área?

Paralelamente a isso, a gente assiste a um verdadeiro genocídio da juventude negra desta cidade, e também não há política para combater esse genocídio. Não há na tal Secretaria de Promoção da Igualdade Racial sequer uma política pública para combater o extermínio da juventude negra de nossa terra. Esses homicídios na capital e na Região Metropolitana têm sexo, idade e cor. Esses homicídios são cometidos contra pessoas do sexo masculino, da cor negra e com idade variando de 13 a 25 anos. Cadê a política pública? Ou a política pública neste Estado é para negro tocar tambor? Essa é a política pública do governo do Estado? Cadê a indignação?

Banalizamos, deputada Maria Luiza, a violência...

A Sr^a Luiza Maia:- Inclusive a violência na Educação, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sim, deputada Luiza Maia, inclusive na educação. Um Estado que, na Educação, tem como bandeira a alfabetização de jovens e adultos. Em vez de cuidar do analfabetismo escolar, está cuidando de alfabetizar jovens e adultos, dizendo, deputada Luiza Maia, que alfabetizou 1,2 milhão pessoas. Onde? Mentira. Aliás, acho que não é do conhecimento do governador, o relatório é um festival, deputado Carlos Brasileiro, de mentiras. Está lá, na página 71 do relatório: “Serviço de esgotamento sanitário de Imbassai”. Fui visitar esse serviço de esgotamento sanitário, nem começou, deputado Euclides, mas na propaganda do governo está lá como concluído.

Quero voltar a falar sobre a violência que assola o Estado da Bahia, principalmente a nossa capital. Não é questão política, não é questão ideológica, é uma questão de defesa da vida, deputado Carlos Brasileiro, de defesa desta população. Como convivermos com este quadro? O número de homicídios no Estado da Bahia é maior do que os homicídios em qualquer região conflagrada do mundo. Isso está bom? É o próprio governador quem reconhece. Ele disse, está na imprensa, que as bases comunitárias, deputado Reinaldo Braga, falharam, faliram, ou seja, faliu a política de segurança pública baseada nessas bases comunitárias.

Além de essas bases comunitárias não darem nenhuma segurança e serem engodo ou falácia, ainda colocam o policial militar em risco. V.Ex^a, deputado Capitão Tadeu, defende este segmento e já viu as condições de trabalho de um policial lotado em uma base comunitária. Tal base é cubículo de ferro ou alumínio ou sei lá o quê, pois nem há sanitário. Deputado Sargento Isidório, V.Ex^a, também, é outro defensor e líder da categoria. Vejam, nem há sanitário em uma base comunitária, repito, nem há sanitário em uma base comunitária. Relega-se o policial ao último plano!

É uma vergonha a política de segurança no estado.

O vereador Prisco, do PSDB, em pronunciamento na Câmara, diz nos *blogs* de hoje: “Não tem banheiro nas bases comunitárias. Os PMs são obrigados a criar caixotes de ferro para atenderem às necessidades básicas de higiene. Enquanto o Ministério Público condenou os contêineres onde eram colocados os presos durante o carnaval de 2012, o governador continua mantendo militares em caixotes de ferro sem banheiro. Um absurdo.” Isso foi afirmado pelo vereador soldado Prisco.

Este é o retrato da política de segurança.

Não quero aqui politizar nem partidarizar a questão. Eu quero um debate sobre essas questões. Que caminhos temos para resolver isso? Com que políticas públicas nós vamos resolver isso?

No dia em que um jovem ou um adolescente de classe média sofre a violência, é um Deus nos acuda nos jornais e nas próprias autoridades. Mas a juventude negra desta terra, a juventude filha do operário e do trabalhador não têm tido nenhuma proteção. Pelo contrário, é uma política de genocídio e alcança as suas maiores expressões nos subúrbios da cidade do Salvador e nos municípios limítrofes à cidade do Salvador, integrantes da Região Metropolitana.

Não é sem razão que temos na Região Metropolitana dois dos municípios mais violentos do Brasil: Simões Filho e Lauro de Freitas. Repito, esses são os dois municípios mais violentos do Brasil. Enquanto em São Paulo há queda nos índices de homicídio, enquanto no Rio de Janeiro há queda nos índices de homicídio, enquanto em Recife há queda nos índices de homicídio, em Salvador é diferente. Na Bahia, nos últimos 10 anos, a violência, em número de homicídios, cresceu em mais de 250%, repito, 250%!

A situação da violência na Bahia já é de epidemia. Precisa-se da participação desta Assembleia, do Poder Judiciário e do governo do estado para a solução do problema.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria, pelo PSD, para falar ou indicar o orador.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Não há orador a indicar.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria e ou ao do Bloco Parlamentar DEM/PMDB para falar ou indicar o orador.

O Sr. Sandro Régis:- Falará o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, volto à tribuna com o mesmo assunto. Cabe ao governador ou ao Sr. Secretário da Fazenda ou, preferencialmente, ao Líder do Governo vir aqui justificar: como o Exm^o Sr. Governador teria mais de seis bilhões em caixa e toma três providências?

O Sr. Governador vai à imprensa para dizer que está sem recursos, deputados João Bacelar e Ronaldo Carletto. Deixa de levar as obras que V.Ex^a tem solicitado ao governador por falta de recursos. V.Ex^a concorda com o governador e sente a dificuldade. O governador manda as medidas. Vamos apoiar.

E, agora, ele põe no balanço dele que tem 6 bilhões em caixa? E quanto aos empreiteiros, como eles ficam? E quanto aos parceiros do governo, como ficam? E quanto à população da Bahia, como ela fica? Se o governo nem chegou ao seu investimento de 8% nos seis primeiros meses com os recursos aprovados por esta Casa, tendo mais de R\$ 6 bilhões em caixa? Por que ele nem liquidou a folha de junho? E por que está deixando várias pequenas empresas no desespero, algumas na iminência de quebrar? Eu não digo as grandes empreiteiras. Essas têm fôlego, outras formas de sobreviver. Deixam de receber num Estado mas recebem em outro. É a regra, e elas sabem disso. Porém os pequenos e os médios, não. Por que o presidente da CBPM veio a público dizer que estava preocupado com o não cumprimento da meta física e que o dinheiro dos *royalties*, que é carimbado, não pode em nenhuma hipótese ser utilizado para outra finalidade diferente daquela prevista no decreto federal n^o 1, que regulamenta a utilização deles?

O governo teoricamente em 31 de dezembro tinha em caixa, segundo o balanço, mais de R\$ 148 milhões, fora o que arrecadou este ano em *royalties*. Então por que não tinha dinheiro? Estava em dificuldades? Quer demitir funcionários? A Bahia é recordista no Nordeste em número de cargos de confiança. E na área da Educação é o 22^o pior dos 27 Estados da Federação.

A Bahia, como foi noticiado por *A Tarde*, está na iminência de deixar vários prefeitos municipais cortarem o transporte escolar porque o governo não repassa a verba. Segundo esse mesmo jornal, vários e vários deles estão na iminência de cortar também a merenda escolar porque o Estado não está repassando às prefeituras o dinheiro, mesmo com mais de R\$ 6 bilhões em caixa. O governo está brincando com a contabilidade pública ? Está brincando com o Poder Legislativo quando toma medidas pedindo o nosso apoio, ou está brincando com a população baiana?

Prefiro acreditar, deputado Zé Neto, que a contabilidade do Estado mais uma

vez está errada. É falsa essa contabilidade, porque não pode o Sr. Governador brincar com o povo da Bahia nem com os deputados. Vai ao interior, como foi à nossa querida Jequié, uma das cidades baianas mais importantes, sem levar uma obra sequer! Não pode!

Eu não quero que o governador do meu Estado vá ao interior ser vaiado como tem sido, não. Não quero que ele vá para cidades interioranas e a imprensa local lhe vire as costas. Ninguém da imprensa foi dar cobertura a S.Ex^a. E por quê? Porque não levou nada. Teve mais de 70% dos votos da população jequieense, além da votação majoritária da baiana, e não corresponde às expectativas tendo dinheiro em caixa?! O que é isso, Sr. Governador? Estão enganando-o, Sr. Governador? Não pode! Tem de dar explicação pública à imprensa baiana. Tem de dar uma coletiva para dizer que não está dando dinheiro porque não quer, porque quer deixar a população da Bahia sofrida! Ou então assumir essa contabilidade mais uma vez é fraudulenta, estão acreditando porque o Tribunal de Contas do Estado quando pode averiguar, investigar, não faz nada, foi conivente com a situação que vem desde 2008, rombo após rombo. O governo gastou mais do que devia, o gasto com a fonte 00, com o custeio, é muito maior do que arrecada, por isso que perdeu o poder de investimento. Como é que perde o poder de investimento se tem mais de 6 bilhões em caixa? Por que mandou essas matérias, meu caro líder, deputado Zé Neto, para esta Casa? Por que anuncia em coletivas à imprensa que o momento é de dificuldades, que tem que restringir as despesas, se tem esse dinheiro?

Nem o Sr. Governador nem ninguém neste Estado pode mais contar com a conivência do Tribunal de Contas do Estado. Tem que haver o respaldo da população para que haja o respeito. O governador não pode permitir, em pleno decreto de contenção de despesas, que haja patrocínio de festa, seja de quem for, em Nova Iorque ou em Paris. Pelo amor de Deus!

Só falta ir uma comitiva de secretários de Estado da Bahia para participar de show em Nova Iorque ou em Villa Madeleine, em Paris, tomar um belíssimo vinho com patrocínio do governo, para ver como a Bahiatursa fez os investimentos lá.

Garanto, caro Sidelvan, que muitos deputados gostariam de ir para lá, mas V.Ex^a não tem prestígio. Quem tem prestígio com o governo é Isidório, que conseguiu uma “emenda” de 7,2 bilhões, ou seja, R\$ 600 mil por mês, publicação do dia 26. Só ele, só ele, só ele.

O deputado Temóteo quando chegar a Teixeira de Freitas irá dizer: “Chego mais uma vez com a mão abanando porque não tenho prestígio com o governo”. Na hora que notar que os seus votos estão indo embora porque o governo ajuda meia dúzia, desprezando os outros... Deputado Carlos Brasileiro, o governador irá ajudá-lo, V.Ex^a tem prestígio porque é do PT, mas merece porque é um bom parlamentar. Os outros são bons deputados, mas é erraram quando aderiram. Na hora em que aderirem passaram a ser escanteados. Quando ficar só 29 dos 48, sendo benevolente, estou contando que os que estão com a máquina na mão, os 11, um só se elege, os candidatos chapa-branca do governo do Estado que são candidatos a deputado estadual...

Então, a hora é para pensar é de cobrar do governo, até para que possamos cumprir com a nossa responsabilidade. Juramos respeitar a Constituição, juramos fiscalizar os atos do Poder Executivo, portanto não podemos admitir três providências tomadas pelo Exmº Sr. Governador para contenção de despesas, se ele está com esse dinheirão no caixa, deputado Zé Neto.

Que contabilidade maluca é essa? Esqueceram de avisar ao Sr. Governador que ele tem mais de 6 bilhões em caixa? É uma maravilha. Este ano ele teve um crescimento de 2,7 bilhões, chegando a quase 6,2 bilhões em caixa, e diz que não tem nada.

É uma vergonha. Essa impunidade, meus caros deputados, não pode prevalecer. Para que o governo tenha o respeito da população deve convocar um coletiva da imprensa e dizer: “A contabilidade do governo, que vem falhando ano a ano, está pior, não tem dinheiro nenhum e eles publicam dizendo que tem, em caixa, R\$ 6,2 bilhões”.

Salve, Sargento Isidório. Este tem prestígio, o resto só esperando a boa vontade do Exmº Sr. Governador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador.

O Sr. Carlos Brasileiro: Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, estão na Ordem do Dia dois projetos importantes. Fizemos tudo para que não houvesse o pedido que estamos fazendo para retirá-los de pauta e, evidentemente, reapresentá-los posteriormente. Estão aqui os dois projetos que estão sobrestando a pauta. São eles: projeto de lei nº 20.288/2013, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União trechos de rodovias estaduais e o projeto de lei nº 20.280/2013, que altera o anexo da lei nº 9.011, de 11 de fevereiro de 2004. Estamos apresentando a V.Exª dois requerimentos advindos do Sr. Governador para que eles possam ser retirados de pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Traga-os aqui, deputado, por favor.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito a V.Exª... Já falei com o deputado Líder do governo Zé Neto que ele não tem tido, até o momento, não sei se por culpa dele ou não, acredito que não, credibilidade para fazer nenhum acordo com a Oposição nesta

Casa. Solicitei-lhe que tentasse trazer argumentos necessários para que pudéssemos confiar nos acordos que têm sido feitos nesta Casa. Repito: não culpo o deputado Zé Neto, porque não acredito que seja a vontade dele, mas que desse mais um dia para que tentássemos um acordo nesta Casa. Nós, da Oposição, não temos absolutamente nada contra esses dois projetos, porque os acho importantes para a Bahia. Irão premiar aqueles que são os responsáveis pela arrecadação do Estado, apesar de que acabei de demonstrar ali que o Estado não tem falta de dinheiro. O outro é a transferência das estradas estaduais, que também não temos nada contra, muito pelo contrário. Mas não podemos Sr. Presidente... Espero que V.Ex^a, que tem o dever constitucional de defender o Poder Legislativo, não abra um precedente na Casa. Nós sabemos que a assinatura digital pode até ser utilizada no Tribunal de Justiça, em sentenças de juízes... Estamos aqui no Poder Legislativo. O chefe do Poder Executivo não se encontra no Estado da Bahia. Ele está na sua cidade natal, Rio de Janeiro. Não nos interessa entrar no mérito do que é que ele está fazendo lá. Não nos interessa entrar no mérito. O importante é que ele não está na Bahia. E ele assina, tem uma assinatura digital que, no primeiro momento, achei até que fosse falsificada, porque o governador não está aqui. Ele não pode ser onipresente! Mas o Líder do governo diz que é uma assinatura digital!

Eu pediria, Sr. Presidente, com discernimento, V.Ex^a que é um parlamentar que, não à toa, foi eleito quatro vezes, eleito e reeleito presidente desta Casa pela quase unanimidade dos seus pares, que preserve o Legislativo, que use, como tem usado nas suas decisões mais importantes, muitas delas extremamente difíceis, independente de fazer parte ou não da Bancada do governo, e saia em defesa da instituição, Sr. Presidente. Que V.Ex^a espere o retorno do Exm^o Sr. Governador, que, segundo o Líder do governo, amanhã de manhã ele deve estar retornando à Bahia. Acredito, Sr. Presidente, na dificuldade que o deputado Zé Neto tem tido para manter a sua base aqui. Não é fácil, deputado Zé Neto, concordo com V.Ex^a. Mas acho que a Bancada de V.Ex^a vai preferir voltar amanhã e votarmos esses projetos. Esses dois projetos que estão aqui não foram nem discutidos, meu caro deputado Zé Neto.

Deputado, Zé Neto, preste a atenção, por gentileza: esses projetos não foram nem discutidos nas comissões. Vieram direto para o plenário porque foi em regime de urgência. Não estamos discordando em aprová-los. Queremos apenas ver a assinatura do governador. Ele vem amanhã, se atrasar um dia, a Bancada de V.Ex^a, tenho certeza, não vai se omitir de vir um dia a mais. Nós não votamos nada neste segundo semestre, nenhum projeto, para vir 2 dias seguidos, não é sacrifício para ninguém. Pediria inclusive para ler esse documento, que não tive conhecimento, a assinatura é eletrônica, não foi dele, teve aí um carimbo dele. Peço, Sr. Presidente, sinceramente, do fundo do meu coração, que não se crie uma jurisprudência na Casa, ao tempo que outros pedem uma questão de ordem, gostaria de ter acesso a esse documento que me foi informado que tem uma assinatura digital. Mas, repito, o Exm^o Sr. Governador não está com os pés na Bahia; se ele estivesse no interior do Estado, até aceitaria. Seria um precedente, mas aceitaria. Ou então podemos imaginar que ele não precisa voltar para cá, ele pode continuar no Rio de Janeiro administrando o nosso Estado.

Será que é justo isso? Não acho. Não acho que o Exmº Sr. Governador gostaria de ver estampado que o governador da Bahia governa o Estado estando no Rio de Janeiro, sua terra natal. Não gostaria! Acho que temos de ter respeito à autoridade constituída. E tenho de preservar a imagem do governador. Não quero usar isso. Mas vou usar, se for necessário. Então peço bom senso, deputado Zé Neto, não retire. Converse com a Bancada de V.Exª. Se quiser mais 5 ou 10 minutos, a gente dá para que a Bancada venha amanhã a fim de tentar um acordo para não colocar o nosso presidente em xeque...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, o tempo de V.Exª já se esgotou.

O Sr. Gaban:- (...) quebrando uma tradição da Casa ao aceitar um documento de uma autoridade que não está na Bahia, está no Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, só perguntando, entendi que V.Exª sugere que não seja votado hoje, e sim amanhã. A Oposição garante que vota amanhã? Só estou perguntando. Pelo menos entendi “deixe para votar amanhã”, ou seja, se for para votar amanhã...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente. Só para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho, deputado.

(...) Pelo que entendi, a Oposição assume o compromisso que vota amanhã. Então vou tentar convencer a base do Governo.

O Sr. Zé Neto:- Só para esclarecer um ponto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deixe ele responder primeiro, deputado. Responda aí, deputado Gaban! Pode falar, eu estou ouvindo.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, tem um esclarecimento a ser feito exatamente em cima dessa pergunta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, darei a palavra a V.Exª para fazer o esclarecimento. Mas só quero saber se o deputado Gaban... Passe o som para o deputado Gaban, por favor!

O Sr. Gaban:- Agora tem som. Sr. Presidente. O que pedi para V.Exª foram duas coisas. Não posso, óbvio, falar em nome de todos os membros da Oposição, mas o que eu disse – e disse para o deputado Zé Neto, eu e o deputado Elmar, Líder da Oposição, somos dois da Oposição no total de 15 – foi que defenderia na reunião.

Se os acordos que foram firmados pelo Líder da Oposição – inclusive V.Exª, meu caro presidente, participou desses acordos que têm sido feitos e assinados por autoridade de direito – tiverem alguma garantia de cumprimento, eu defenderia isso. E tenho certeza de que a Oposição acataria. Mas, no mínimo, Sr. Presidente, vamos partir da pior hipótese, ou seja, que não tem esse documento e que não se cumpra acordos já firmados, que nós queríamos pelo menos a assinatura do governador, ele estando dentro do Estado da Bahia, encaminhando o documento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, vou questão dar uma questão de ordem ao deputado Zé Neto. Depois, ao deputado Elmar.

Veja bem, no sentido de encontrar um entendimento, houve realmente o acordo das emendas de até R\$ 15 mil; houve com a palavra do governador. Conversei com o

chefe da Casa Civil, o deputado federal Rui Costa, para ver se ele solicitaria do secretário da Articulação Política, César Lisboa, vir aqui amanhã para sentar com os deputados da Oposição e do governo para fazer um cronograma. O secretário Rui Costa me garantiu isso. Mas isso não é suficiente. O secretário é para vir para negociar politicamente. Ele é o secretário de Articulação Política, ele pode vir para cá negociar politicamente. Isso é normal e natural.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a V.Ex^a, calma. Não tem nada de grave em o secretário da Articulação Política fazer política. Ele pode vir a esta Casa e negociar o cronograma. Porque o acordo ainda está em vigor, porque foi em partes iguais. Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, só queria fazer um apelo. Da minha parte, quero dizer ao deputado Gaban e à Oposição do meu respeito pela Oposição. Acho que estamos aqui para fazer disputas ideológicas, e para mim está muito normal.

Eu fiz todo o esforço hoje, pela manhã, junto ao deputado Elmar para fazermos dois acordos. Há dois projetos de lei sobrestando a pauta. Sobrestando o quê? Fazendo com que não avancemos sem votá-los. Hoje, está posta apenas uma questão: se a Oposição vai ou não pedir vistas.

Qual a nossa dificuldade? Eu estou tranquilo, e todos sabem qual é a nossa dificuldade. Há o projeto de lei do Refis que diz respeito, deputado Gaban, a dois interesses, deputado Elmar: um do Estado, de arrecadação, e um do setor privado, que está aqui, também, solicitando de nós, todos vendo o instante de dificuldade no País, o Refis para facilitar suas vidas e seus empreendimentos. Muitos deles acabam sendo congestionados por conta de débitos com o ICMS. Facilita os dois lados, esse é um aspecto, e tenho pressa.

O outro aspecto são dois projetos de lei, e V.Ex^{as} concordam com eles, de acordos celebrados com os professores que foram homologados, por unanimidade, em todas as assembleias da categoria na Bahia, viraram projetos de lei, e o deputado Elmar tem acompanhado de perto isso.

O outro aspecto é que nós, neste momento, temos um sobrestamento por um projeto que diz respeito a uma categoria importante do Estado, que são os auditores. E quero votar esse projeto hoje, mas depende de uma coisa. Quero seguir em frente com os demais, pois existem duas contas do governador para se votar hoje. Ou vamos deixar de lado sete projetos para votar na semana que vem, dois deles com prazo, inclusive, que são dois empréstimos de muita importância para nós, ou vamos pedir à Oposição para que faça um gesto no sentido de não pedir vistas. Se isso não ocorrer, serei obrigado a retirar esses projetos e representá-los adiante.

Eu estou fazendo aqui o apelo para que amanhã, deputado Elmar, Oposição... Eu faço esse gesto agora e, posso dizer a V.Ex^{as}, poderemos fazer outro gesto, não tem problema, somos governo e Oposição. Estamos aqui num BA X VI, mas chega a hora em que temos que pensar nos torcedores, porque quem está aí fora, torcendo para um time ou para o outro, não vamos deixar na chuva e nem exposto. Acho que temos que sentar aqui... Não quero prejudicar os auditores fiscais da Fazenda, mas se

o projeto deles também está sobrestando, eu não posso atrasar sete projetos.

Então, não quero, deputado Elmar, de forma alguma, deixar de cumprir o que, pela manhã, para mim, estava tão selado e possível. O deputado Gaban fez uma proposição, e é possível, deputado Elmar, fazermos mais uma rodada de negociação para que V.Ex^{as} me digam objetivamente onde é, não vamos olhar para atrás, que o Líder do governo pode colaborar no sentido de dar objetividade à negociação. Isso é possível?

Todos estão estressados, e o cansaço é normal, mas quero, mais uma vez, colocar-me à disposição para, se for possível, deputado Marcelo, esgotarmos essa negociação nesse nível de dar uma solução. Não precisa o secretário estar aqui, quero dizer a V.Ex^a que tenho autoridade para fazer o que tem que ser feito. O que V.Ex^{as} solicitam é para terminarmos de forma objetiva esse acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, antes de fazer a minha questão de ordem gostaria de requerer a V.Ex^a que lesse os dois requerimentos de que dispõe.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (Lê) “Cumprimentando Vossa Excelência, venho solicitar que seja retirado da pauta dessa augusta Assembléia Legislativa do Estado *da Bahia o Projeto de Lei nº 20.288/2013, que 'Autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos de rodovia estadual que indica.'"*

Governador Jaques Wagner.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu não escutei direito, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (Lê): “Cumprimentando V.Ex^a, venho solicitar que seja retirada da pauta dessa augusta Assembleia Legislativa o projeto de lei 20.280/2013, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos da rodovia estadual que indica, em decorrência da necessidade de proceder aos devidos ajustes técnicos.”

Na oportunidade... Tal tal e tal. Governador Jaques Wagner.

O Sr. Elmar Nascimento:- Qual a data?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A data? 27 de agosto, hoje.

O segundo: (Lê) Cumprimento V.Ex^a e venho solicitar que seja retirado dessa augusta Casa, Assembleia Legislativa, o projeto de lei. 20.280/2013, que altera o anexo único da lei 9.011, de 11 de fevereiro de 2004, em decorrência da necessidade de se proceder aos devidos ajustes técnicos. Tal e tal. Governador Jaques Wagner.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, V.Ex^a é testemunha, até porque empreendeu um apelo aos deputados da Bancada da Oposição no sentido de que fizéssemos o acordo para votar os dois projetos hoje. Como eu tinha interesse em que esse projeto fosse votado, também encaminhei para que fosse votado os projetos. Porém, à exceção de mim e do deputado Pedro Tavares, os outros deputados da Oposição se posicionaram para não votar hoje esses projetos. Essa é a decisão final, a não ser que amanhã venha uma decisão diferente. Posto isso, coloquei a questão para o Líder do governo, que encaminha a V.Ex^a esses dois requerimentos. Duas questões eu faço questão de formular: a primeira é com relação à assinatura digital, que nós

comprovamos que é a assinatura digital do governador. Não tenho nada contra a que documentos sejam empreendidos através de assinatura digital, até porque até a assinatura de leis da presidente da República é feita dessa forma. Mas há um procedimento. A assinatura digital não é simplesmente a xérox da assinatura eletrônica da pessoa. Assinatura eletrônica significa ter o nome, a assinatura da pessoa, que é uma cópia digital, com um código que identifica que aquela assinatura realmente veio da autoridade que a encaminhou. E o ofício a que tive acesso não tem esse código de assinatura. V.Ex^a pode depois confirmar.

Segundo, é de ordem técnica a questão que quero fazer, Presidente. Temos a Seção IV do Regimento Interno desta Casa, que trata da Pauta da Assembleia Legislativa. O art. 114, § único, art. 115 e art. 116. Escutei atentamente a leitura que V.Ex^a fez dos dois requerimentos, e o governador pede que os projetos sejam retirados de pauta. Não podem mais ser retirados de pauta, porque a pauta está vencida. E aí é outro artigo totalmente diferente, o Título VII – Das Proposições, Capítulo I, art. 19, § 1º: (Lê) “Considera-se autor da proposição seu primeiro signatário, exceto a coautoria...” E aí vem o art. 120: (Lê) “Até o anúncio da votação, poderá ser requerida a retirada de proposição.” É retirada da Casa, Sr. Presidente. Não é retirada de pauta. (Lê) “Inciso I – Pelo governador do Estado para projeto de sua autoria.”

Então a minha questão de ordem é que V.Ex^a indefira o requerimento, porque é incabível o pedido do governador de retirada de pauta. Ele poderia pedir a retirada da proposição, mas não pedir a retirada de pauta. A retirada de pauta está prevista na Seção IV. O que fundamenta um pedido de retirada da proposição é o art. 120. E o governador está pedindo para retirar a proposição. Se o governador tivesse pedido para retirar a proposição, com a aquiescência do Líder do governo, aí, sim, isso seria cabível. Portanto são duas questões de ordem: a primeira é o código eletrônico que identifica a assinatura do governador como uma assinatura verídica. Eu conversei com dois juízes amigos meus, eles dão despachos, sentenças que têm a cópia da assinatura, mas vem com um código que identifica. Não é simplesmente a xérox da assinatura.

Há uma resolução do CNJ, fundamentada numa lei que regulamenta... No caso do Poder Executivo federal, há uma Medida Provisória que a presidente fez referente a determinados documentos. E não me foi apresentado qual a fundamentação jurídica que o governador se baseia para a assinatura eletrônica. E, se o fez, teria que ter a correspondente certificação eletrônica, que é um código. Infelizmente, não tem nesse requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, vou suspender a sessão por cinco minutos e vou ver as anteriores. Eu seguirei as anteriores. Se foi assim, eu vou deferir. Agora, se foi diferente, pode ter certeza que eu indefiro. Vejam bem, eu tenho de ver como era a tradição aqui na Casa. Não sei nem como era, mas podem ter a certeza de que eu vou seguir. Eu quero ver como era aqui. Se foi retirado neste mesmo estilo, eu vou deferir. Se foi retirado diferente, eu indefiro. (Pausa)

Deputado, está aqui: sempre foi assim. Todas.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, há alguma proposição com assinatura eletrônica do Sr. Governador sem certificação?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, todo mundo sabe...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ouçam... Esta parte da pauta está vencida, porque sempre foi assim.

O Sr. Elmar Nascimento:- A divergência, então, permanece a seguinte. Eu concordo com V.Ex^a, apesar de discordar e achar que o Regimento é... Se a praxe é esta, concordo com V.Ex^a.

Agora, o que tem em mãos de V.Ex^a é uma xerox da assinatura do governador. A assinatura eletrônica tem de ter um código eletrônico certificando a autenticidade da assinatura. É um código que vem abaixo. Isso é em qualquer assinatura eletrônica, presidente. V.Ex^a consulte, agora, a Procuradoria da Casa. Todos os despachos assinados por qualquer que seja a autoridade vêm com um código eletrônico de certificação. Isso aí é uma xerox de assinatura e não um código.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a assinatura do governador é pública e notória.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, a lei do Judiciário tem escrito, inclusive... O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está aqui a lei do Judiciário.

O Sr. Elmar Nascimento:- (...) porque qualquer um pode pegar a assinatura do governador. É a coisa mais fácil você copiar a assinatura do governador ou de qualquer autoridade e encaminhar essa assinatura. Tem de ser protegida por algum código. E a lei, quando foi criada, tanto a medida provisória da presidente da República, que é a única coisa que tivemos acesso até agora, a lei dos processos judiciais, quando se dá um despacho, o juiz pode despachar à distância, mas tem de ter um código de certificação eletrônica. Sem esse código, não é assinatura eletrônica, mas é xerox da assinatura.

É este o questionamento que faço.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, vou no mesmo argumento do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas a Presidência já falou sobre isso.

O Sr. Paulo Azi:- Quanto à utilização eletrônica, Sr. Presidente, por exemplo, do governo federal, existe uma medida provisória regulamentando. Quanto ao Poder Judiciário, é da mesma forma.

Eu gostaria que fosse apresentado a esta Casa qual foi o decreto ou a resolução do governo do estado que lhe autoriza a utilizar, porque V.Ex^a está dizendo que é digital e pode ser falsificada.

A única segurança que nós temos ou a única certeza que temos é a de que o governador não se encontra no estado.

Então, assim como o deputado “a” ou “b” diz ser digital, o deputado “c” ou “d”

pode dizer ser falsa tal assinatura. Queremos saber qual foi a resolução e qual foi o decreto do governador que legitima e autoriza a utilização da assinatura digital.

Isso aí, inclusive, é para preservar o Poder Legislativo, presidente. Tenha paciência!

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Só para esclarecer: o artigo 120 é claro com relação à pauta. Deputado Marcelo, a casa do projeto é pauta. (Lê) “Até o anúncio da votação...” Isso é artigo 120. Significa dizer que está se tratando de um objeto que está em pauta. Deputado Marcelo... (Lê) “Poderá ser requerida a retirada da proposição... (...) se até o anúncio da votação...” Claro, isto está se tratando de quê? Do capítulo da pauta. Que pauta? A pauta, porque está se falando aqui desde o início: proposição a toda matéria submetida à deliberação da Assembleia, no âmbito das comissões, que vem inclusive posterior ao tratamento da pauta na Seção IV em seus artigos 114, 115 e 116.

Agora, Sr. Presidente, há uma questão, aqui, ótima para acabar com a polêmica. O inciso I do artigo 120 diz que “até ao anúncio da votação, poderá ser requerida a retirada de proposição pelo governador do estado para os projetos de sua autoria.” O parágrafo primeiro diz que: (lê) “a iniciativa prevista no inciso I está sujeita à aquiescência do Líder do governo”.

Então, eu quero saber a dificuldade que está se tendo. Aí já há uma proposição que foi feita, inclusive com uma jurisprudência que na Casa já está sendo por demais comprovada. Até aqui nenhuma dessas proposições, nenhuma delas, foi contestada. Então, peço a V.Ex^a que, primeiro, é a pauta mesmo, tem que ser retirado de pauta, se dissesse retirado da Casa, aí sim, que eu queria saber onde é que a Casa comporta um projeto para ser votado. É a pauta que comporta o projeto para ser votado, não a Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- É só uma dúvida, Sr. Presidente. V.Ex^a está interpretando retirada de pauta e retirada de tramitação como as mesmas coisas?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, eu devolverei o projeto para o governo. O Sr. João Carlos Bacelar:- Então retirou a tramitação, tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Um momento. A tradição aqui... Inclusive antes de eu tomar a decisão mandei buscar o regimento para ver como era. Ele pede para retirar de pauta e em tese devolve para o governo do Estado. Isso será feito.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, só para fazer um breve esclarecimento, eu ouvi atentamente as palavras do Líder do governo, deputado Zé

Neto, para dizer que a Oposição hora nenhuma falou que vai votar aqui contra o projeto dos auditores e contra o projeto das estradas. Ao contrário. O governo, pela sua desorganização, que quer aqui passar por cima com o trator em cima dos parlamentares, é que está propondo. Nós estamos prontos para votar, deputado, agora é um direito regimental do parlamentar pedir vistas ou não. Esse projeto está aqui desde junho para ser votado, nós estamos prontos para votar. Agora, se V.Ex^a traz um projeto, em cima da hora, e quer votar atropelando todo mundo, isso não é um problema da Bancada de Oposição. Estou só fazendo um esclarecimento a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban. Seja breve, deputado, por favor.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, o que o Secretário da Mesa apresentou foi uma tradição do governo Wagner. O governador Wagner que está introduzindo nova determinação no Regimento Interno da Casa. Não é tradição da Casa, está sendo tradição, já por mais de uma vez, do governador do Estado, Jaques Wagner, em impor uma terminologia que não faz parte do Regimento Interno. Então, não é tradição da Casa, é tradição de um governo que mais de uma vez fez isso.

Se não se observou, num outro momento, que o governador estava querendo mudar a terminologia do nosso Regimento Interno, é uma coisa, mas persistir no erro desrespeitando o Regimento Interno, hoje nós observamos isso, Sr. Presidente. Então, não é tradição da Casa, é uma tradição que o governador Jaques Wagner quer impor aqui, porque ele já, por uma vez, cometeu um erro, e se comeu mosca nesta Casa, passou despercebido. Isso que eu peço a V.Ex^a, que respeite o Regimento Interno e faça o que o governador pediu, tirar de pauta. E nós questionamos, da outra vez não foi questionado. Repito, não é tradição da Casa, foi o governador Jaques Wagner que cometeu, por duas vezes, o mesmo erro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Srs. Deputados, primeiro é o seguinte. Eu tenho um apreço enorme, fiz tudo para uma possível negociação. Quero registrar que o deputado Leur Lomanto foi muito feliz nas colocações. É um direito de V.Ex^a, ninguém aqui está contra o projeto, aliás ninguém vai ficar contra esses projetos, seria contra os interesses da Bahia.

Agora, estou vendo aqui uma assinatura digital. Eu já vi presidente dos Estados Unidos assinando digital, o Poder Judiciário recebe digital e nós temos que ter o bom senso. O Sr. Sandro Régis:- Mas existe uma resolução, Presidente. Bom senso para ser bom para o governo? Claro?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou deferir...pois não, deputado. Não, deputado, não é ruim para o governo e não é ruim para a Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Não é bom senso não, Sr. Presidente, me desculpe. Aí o Presidente está do lado do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não estou, deputado, não faça isso comigo. O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, V.Ex^a apresentou alguns argumentos, e eu concordei, a respeito da diferenciação entre a retirada de pauta, que é aquele período da apresentação de emendas e a retirada da tramitação do projeto.

Eu me conformaria, se todos os ofícios fossem no mesmo ofício. Mas se V.Ex^a observar, cada governador teve um procedimento diferente. E aqui tenho um despacho do atual vice-governador, quando era presidente da Assembleia, em que há um pedido de devolução do projeto pelo governador Paulo Souto.

“Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a a devolução do projeto de lei número tal, oriundo do Poder Executivo, conforme mensagem”. Mais, Sr. Presidente: há um despacho do presidente da Assembleia, na época o atual vice-governador Otto Alencar, que diz o seguinte: “Face o Artigo 119, Parágrafo 1º do Regimento, ouça-se o Líder do Governo.”

Então, a V.Ex^a caberia despachar para que...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, eu defiro a questão de ordem de V.Ex^a. Realmente, V.Ex^a tem toda razão. Infelizmente, não posso aceitar. Eu tenho que usar o bom senso e não posso aceitar. Vou indeferir a questão de ordem do deputado Zé Neto, tendo em vista... Vou colocar o projeto em votação. Infelizmente, não há a menor condição. Os deputados questionaram, e tenho a compreensão de que tenho que seguir o Regimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Feito isso, Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Ex^a, porque a minha mira não é atrapalhar o governo. A minha mira são os superiores interesses do nosso Estado. Regimentalmente, estamos cobertos aqui para pedir vista dos projetos.

Eu queria pedir a V.Ex^a a suspensão da sessão por 10 minutos, para tentar convencer minha Bancada a votar a favor dos interesses do nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem. Está suspensa a sessão por 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Sr^{as} e Srs. Deputados, está reaberta a sessão e vamos suspendê-la por até 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reaberto os trabalhos.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria pedir a verificação do quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. V.Ex^a será atendido.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito que a verificação de quórum seja feita de uma maneira nominal, que seja estipulado o tempo de 20 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eram 15 minutos.

O Sr. Gaban:- (...) para que possamos ter tempo de nos expressarmos.

Quero deixar bem claro que, neste momento, o governo usa estratégia, depois de tentar de uma maneira irregular prejudicar os auditores fiscais do Estado da Bahia, vai ter que ficar o ônus com o governo.

Hoje, ele pede a verificação do quórum, nós da Bancada da Oposição não temos número suficiente para mantermos a sessão. Amanhã, eles vão corrigir o que queriam impor à Oposição, de uma maneira incorreta retirar um projeto. Mas o governo do Estado vai ter um ônus. Ele, mais uma vez, provoca uma briga entre os auditores fiscais e os agentes de tributo com o patrocínio do Líder do Governo que sempre demonstrou sua preferência para com os agentes de tributos todas as vezes que esses assuntos internos da Secretaria da Fazenda são aqui colocados.

Por imposição do Sindsefaz, o governador cedeu ao trocar o secretário da Fazenda Pititinga que fez com que o ICMS da Bahia que deu um prejuízo de 7 bilhões ao Estado por incompetência de Carlos Martins, ligado ao Sindsefaz, no momento em que o secretário Pititinga coloca o ICMS da Bahia superior a arrecadação de Estado de Pernambuco, é retirado por pressão do Sindsefaz. Esse mesmo sindicato que pressionou o Líder do Governo. Amanhã, deputado Zé Neto, V.Ex^a e o Sr. Governador serão mais uma vez responsabilizados por tirarem o projeto que, em tese, beneficiaria os auditores fiscais, para atenderem uma exigência do Sindsefaz. Essa briga interna já provocou muito prejuízo ao Estado na medida em que Carlos Martins deu várias atribuições e esta Casa, abanando a cabeça, aprovou atribuições que eram dos auditores fiscais que entraram no serviço público quando foi exigido nível superior de escolaridade. Preferiram dar atribuições para aqueles que entraram no governo, quando foi exigido nível médio de escolaridade, designar atribuições. Errado. Já há jurisprudência no Supremo Tribunal Federal. O Sindsefaz está levando pau várias vezes e vai levar lá.

Mas o pior prejuízo, deputado Zé Neto, é que V.Ex^a e o Sr. Governador estão, mais uma vez, provocando uma briga dentro da Secretaria da Fazenda, no momento em que dizem que o Estado está em dificuldades e que os auditores fiscais precisam atuar com vontade. Mas V. Ex^{as} querem atender ao Sindsefaz provocam briga interna.

Eu quero ver o governo do Estado ter o retorno financeiro com essa briga interna. Agora, o mais prejudicado não é essa briga de PT querendo prestigiar o Sindsefaz e prejudicar aqueles que arrecadam para o Estado. Estão brigando, mais uma vez, com o povo da Bahia que não tem segurança, educação, não tem saúde, vendo as pessoas morrendo sem terem atendimento nos hospitais, e V.Ex^a prefere atender o Sindsefaz e estimular uma briga que só interessa ao sindicato.

É triste que V.Ex^a como Líder do Governo, representando o Sindsefaz nesta Casa, estimule essa briga que só quem ganha é o sindicato. Quem perde é a Bahia, é o baiano, são aqueles que gostam do nosso Estado e gostariam de ver o Estado como na época de Paulo Souto representando 5% do ICMS nacional. Foi reduzido para 4,4% com prejuízo de 7 bilhões na arrecadação do Estado. É triste, é lamentável.

Só tenho que lamentar a atitude de esvaziar a sessão.

Para pegar a assinatura do governador, ensinar a ele que não pode mandar no Legislativo, tem que usar a terminologia correta. Nem isso ele está sabendo. Parabenizo, Sr. Presidente, V.Ex^a que demonstrou aqui a autonomia que o Poder tem, decidindo mais uma vez de maneira correta.

Sr. Presidente, solicito que seja aberto o cronômetro dos 15 minutos, acordados entre as Lideranças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Marque os 15 minutos, zere o painel.

Os Srs. Deputados que estão no Cafezinho, no Salão Nobre, na Biblioteca elaborando projetos, recebendo Lideranças comunitárias ou em qualquer recinto da Casa, venham para o Plenário, há um pedido de verificação quórum para a continuidade da sessão, solicitada pelo deputado Gaban.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu não posso culpar toda a Oposição, não devo. Porque vi o esforço de alguns deputados que olharam para a Bahia e para os interesses do Estado. Não posso culpar toda a Oposição. Hoje deixamos de votar dois projetos importantes para os professores, estamos garantindo aos professores reintegrados os mesmos direitos que os integrados têm. Estamos reduzindo 2 horas na carga horária dos professores em sala de aula. Estamos aqui selando acordos importantíssimos oriundos de diálogos muito demorados, profundos, mas que geraram, evidentemente, um ganho muito bom, um ganho, eu diria, histórico para essa categoria. Nós não votamos.

Fizemos um esforço no projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União trechos de rodovias estaduais baianas. Fizemos acordo. Eram quatro trechos, acrescentamos nove trechos que a Oposição indicou, nove trechos.

Aqui, hoje, todo o dia trabalhei para o acordo. Discuti uma emenda, e é a discussão nacional hoje, a questão da participação dos deputados nas emendas, discutimos aqui. Coloquei claramente a minha disposição. E a mesma regra para a Oposição era a regra que utilizava para a Bancada de governo, demonstrando o respeito que temos pela Oposição.

Mas a Oposição, parte dela, o deputado Elmar... Não posso dizer que não houve esforço por parte da Oposição. Vi uma parte da Oposição esforçar-se para que tivéssemos um acordo, um acordo bom para as categorias envolvidas, um acordo bom para a Bahia, um acordo bom para o contexto de todo Estado, independentemente de quem seja o governante. Nós fizemos um esforço para que a Oposição fosse também, nesse processo durante o dia, propositiva.

Ouvimos a Oposição, e mais, os dois projetos, no projeto do Fisco, o deputado Gaban foi infeliz. Porque o projeto do Fisco caberia a ele, inclusive, a relatoria. Era o deputado Gaban o relator do projeto do Fisco, e o próprio deputado Gaban foi um dos que, desde o início, criou alguma dificuldade. Depois disse que iria votar, mais tarde disse que não iria, mais tarde disse que iria. O deputado Gaban tem de assumir a responsabilidade. Tire o Sindsefaz disso, tire a Bancada do governo disso. V.Ex^a é o responsável por retirar o projeto de pauta, retirar o projeto de tramitação, que diz

respeito aos auditores do Fisco.

Não temos, porque nós apenas pedimos a alguns de V.Ex^{as}, alguns ouviram, outros, não. Obviamente há aqueles que não conhecem e tem de haver unanimidade da Oposição para haver o acordo. Se um deputado não aceita, é claro que o Líder não fará acordo para dispensar formalidades. Respeito a Oposição. Não estou dizendo, aqui, que a Oposição não faz o seu papel. Faz o seu papel. Mas graças à Oposição estamos sendo obrigados a tirar de pauta, para que não haja obstrução dos nossos trabalhos, dois projetos que nós trabalhamos durante todo o tempo para que houvesse consenso. Tanto que modificamos aqui a relação das estradas, que estavam inicialmente indicadas para serem entregues à União, tanto que tive o prazer de convidar o deputado Gaban, pedi inclusive ao deputado Gaban que ele fosse o relator do projeto do fisco, do projeto que atende aos auditores.

Portanto, como é que há alguma situação que dificultasse esse projeto por parte de governo, por parte de quem quer que seja, ao contrário, tire o Sindsefaz disso. Não podemos fomentar aqui atrito entre duas categorias. O Sindsefaz inclusive hoje me ligou várias vezes cobrando um projeto deles que está aqui na procuradoria esperando parecer. Eles não têm outro movimento senão o de buscar o deles, que até hoje não chegou na Casa por questões administrativas que devem ser resolvidas. Não há nenhuma influência aqui hoje. Amanhã vamos tirar de pauta os dois projetos porque todos os dois projetos estão sobrestando o projeto dos professores, são nove projetos em tela. Se há dois que sobrestam interesses de sete, vamos ter que fazer uma opção.

Então, a opção é amanhã votar os requerimentos, votar as duas contas do governador, votar os dois projetos da educação, votar o projeto que diz respeito a funcionários públicos que precisam ganhar diárias quando acompanham funcionários públicos deficientes. E vamos trabalhar com a cabeça tranquila e dizer à Bahia que não faltou desta Bancada, quero agradecer a cada deputada, a cada deputado o esforço que se fez hoje. Temos aqui na Base 44 deputados hoje aqui e, infelizmente, é claro que não podíamos votar porque a Oposição já tinha dito que ia pedir vista a projetos que estão aqui há mais de 6 meses. O projeto do fisco está aqui há 8 meses praticamente e isso não pode gerar nenhuma espécie de vista porque não tem por que ter vista. O relator seria o deputado Gaban, vista de um processo que ele próprio seria o relator. Não tinha por que.

Então, fica aqui a minha indignação, a minha tristeza por uma tarde-noite como essa. Nós que tínhamos tudo para entregar à Bahia projetos tão importantes das categorias, do Estado como um todo, infelizmente, não alcançamos êxito.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, deputado Zé Neto, sempre respeitei V.Ex^a e V.Ex^a está faltando com a verdade. Deputado Zé Neto, V.Ex^a está faltando mais uma vez com a verdade, não pode mentir assim..., inclusive na minha frente. Quem apresentou aqui uma assinatura digital do governador do Rio de Janeiro, assinando, descumprindo o que determina as leis em vigor no País, foi o governador de V.Ex^a. Ele que quis retirar o projeto de pauta. E sabe por que, deputado Zé Neto? Porque

V.Ex^a fez um acordo com a Oposição no ano passado para ter umas emendas impositivas e não cumpriu o acordo.

Esse governo de V.Ex^a não cumpre acordo. Fizeram em julho, à época do recesso, um acordo para cumprir o acordo que V.Ex^as descumpriram. Querer hoje exigir aqui que fosse assinado, porque V.Ex^a e ninguém do governo merece o respeito da Oposição para fazer acordo verbal, porque V.Ex^as descumpriram duas vezes o acordo verbal que foi feito na emenda impositiva, mesmo um valor irrisório, como diz o presidente, de 500 mil reais. Eu não assinaria um acordo desse. Mas fizeram, vamos respeitar. V.Ex^as quiseram burlar o governador. Inventaram um documento digital. Nem sabemos quem assinou, não tenho assinatura eletrônica do governador que está no Rio de Janeiro, não está nem em solo baiano. E V.Ex^a está assim, porque me disse o deputado Zé Neto, tenho testemunhas que o Sindsefaz estava pressionando V.Ex^a para tirar o projeto de pauta. Quem disse isso foi V.Ex^a, não fui eu. Então, não venha com essa não. Não sou governador, não fui eu quem assinou como governador do Estado para retirar de pauta. V.Ex^a, de uma maneira covarde, na hora que vê que não tem mais condições de votar hoje, manda a “bancada lagartixa” da Assembleia, que só sabe abanar o rabo e balançar a cabeça para dizer sim, ir embora para casa.

Amanhã vai, sim, atender ao que V.Ex^a me disse, na frente de Elmar Nascimento e de Paulo Azi, que o Sindsefaz o estava pressionando para retirar o projeto de pauta. E o governador preferiu atender ao Sindsefaz e estimular a briga com os auditores fiscais.

Não venha querer dizer aqui...

(O deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Gaban:- Ofereceu-me a relatoria, sim, mas não serei relator de um projeto que nós todos, da Oposição, defendemos apenas para dar o sinal verde para um descumprimento de compromisso por V.Ex^a, como Líder do governador do Estado, a quem V.Ex^a representa aqui. Por duas vezes V.Ex^a descumpriu o compromisso com a Oposição de aceitar as emendas impositivas.

Essa coisa tem que ficar muito clara, porque foi falta de compromisso, de responsabilidade, de cumprimento de compromisso. Um exemplo é que o governador usou o contracheque do soldado Prisco para dizer que o salário da polícia era irrisório e depois colocou o Prisco na cadeia. Ele não cumpre compromissos. Virou as costas aos professores, que, em sua maioria esmagadora, no primeiro mandato, trabalharam pela eleição do governador Jaques Wagner, e deixou acontecer a maior greve existente na Bahia na área da educação.

V.Ex^a estão acostumados a assumir compromissos e não os cumprir. Foi isso que fiquei questionando a tarde inteira, pedindo para que fosse feita uma reunião entre V.Ex^a, o presidente da Casa e o Líder da Oposição, Elmar Nascimento. Mas V.Ex^a queria fazer, mais uma vez, um acordo de boca. Foi isso que eu disse, e agora detalho: V.Ex^a não merece o respeito da Oposição, bem como o governo Wagner, porque por duas vezes descumpriu o compromisso assumido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Espero que V.Ex^a tenha a tolerância que garantiu ao Líder do

governo. Ele usou 10 minutos, eu ouvi e fiquei quieto. Gostaria, Sr. Presidente, de que V.Ex^a me desse também essa tolerância.

Deputado Zé Neto, para mim não serve a carapuça. Não negocio relatoria para encobrir a falta de compromisso que V.Ex^a e o governo de V.Ex^a tiveram ao descumprirem por duas vezes acordos com a Oposição sobre o mesmo assunto, que foram emendas impositivas, negociadas quando da aprovação do Orçamento no ano passado.

Repito, para que fique registrado nos Anais da Casa, que tentaram fazer um acordo – fui contra – em junho para cumprirem um acordo que não foi cumprido, deputado Paulo Azi? V.Ex^a lembra disso. Resolveram dar um crédito de confiança ao Líder do governo e ao governador Jaques Wagner, mas V.Ex^a deixou de cumprir.

É por isso que hoje, mesmo, reiteradas vezes, tenho deixado muito claro que somos favoráveis ao projeto dos auditores fiscais, somos favoráveis à federalização de algumas estradas do nosso Estado, mas não cederemos à pressão chantagista que V.Ex^a tenta impor hoje, apresentando uma assinatura de quem nem na Bahia está, mas no Rio de Janeiro. Depois de tentar, de várias maneiras, o presidente da Casa, cumprindo o que determina o Regimento Interno e vendo a jurisprudência da Casa, resolveu não acatar. Então, V.Ex^a esvazia a sessão. Fica o ônus de ter atendido ao Sindisefaz, descumprindo o compromisso com a Oposição nesta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de passar a questão de ordem ao deputado Zé Raimundo, gostaria de, contando com a compreensão do deputado Gaban, que se retirasse das notas taquigráficas o termo “descaradamente”.

O deputado Gaban concorda que seja retirado das notas taquigráficas esse termo tão pesado.

O Sr. Zé Raimundo:- Era sobre isso a minha questão de ordem. São termos ofensivos ao decoro e à conduta parlamentar no Plenário. Gostaria de que consagrasse a minha repulsa a essa atitude. O deputado precisa se controlar mais quando utilizar o microfone no Plenário. Não são termos condizentes com a atividade parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a já foi atendido.

Feito o registro, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*